

AMÉRICA LATINA DO ATLÂNTICO ABRE ALTERNATIVAS DE INTEGRAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Carta Internacional, nº 20, outubro 1994

Do ponto de vista econômico em um mundo que está se dividindo em três grandes blocos regionais – a União Européia, o Nafta e o bloco de produção do Leste Asiático –, faz mais sentido hoje pensar em três Américas Latinas: a América Latina do Pacífico do Caribe, e a América Latina do Atlântico.

A América Latina do Pacífico surgiu a partir das reuniões da APEC (Action for Pacific Economic Cooperation), através da qual japoneses, norte-americanos estão investindo fortemente no desenvolvimento das relações comerciais no pacífico. A América Latina do Caribe, por sua vez, abrange o próprio Caribe, inclusive a Venezuela e as Guianas, e tem vários países que são também parte da América Latina do Pacífico. Finalmente, a América Latina do Atlântico corresponde aos quatro países do Mercosul.

A importância dessa divisão é muito grande, na medida em que o seu reconhecimento é um sinal para os Estados Unidos que, se decidirmos nos aliar a um dos três grandes blocos regionais, existe uma segunda alternativa além da americana: a formulação de uma zona de livre comércio com a União Européia, que é também uma potência exclusivamente atlântica.

A estratégia brasileira de se constituir em uma potência regional ao nível da América do Sul é correta, mas não significa que devemos nos excluir dos três grandes blocos regionais mundiais. O argumento decisivo para que o Brasil busque um acordo de livre comércio com um desses blocos, apesar do caráter altamente diversificado do ponto de vista Nacional de seu comércio exterior, é essencialmente defensivo. Um bloco regional é um sistema de discriminação de comércio para aqueles que ficam de fora. Se o Brasil, que está quase por definição fora do bloco informal de produção do Japão, ficar também fora do Nafta e da União Européia, estará enfrentando uma desnecessária desvantagem competitiva. Por outro lado, o fato de aderir a um bloco não significa que se subordine a ele, nem que vai deixar de comerciar com todo o mundo. Significa simplesmente que, dentro daquele bloco, daremos e receberemos preferência.

A partir desse raciocínio, argumentei já em 1991 que o Brasil deveria procurar admissão em um desses blocos. O motivo que usei para dar preferência aos Estados Unidos em relação à Europa foi principalmente político. Os americanos, apesar de todas as suas dúvidas, estão

interessados em um acordo de livre-comércio com o Mercosul, enquanto os europeus pareciam não estar.

O interesse dos EUA por uma extensão do Nafta para o Mercosul não está totalmente claro para os americanos, o que é compreensível, dado que os próprios brasileiros ainda não definiram sua política em relação a uma possível adesão ao Nafta. Por outro lado, os Estados Unidos precisam de algum tempo para absorver a integração do México. Esse interesse será certamente confirmado na Reunião de Cúpula Hemisférica, que ocorrerá em Miami em dezembro próximo.

Em relação à União Européia existem indicações claras que o seu interesse pelo Mercosul vem crescendo no transcorrer deste ano. Em maio, na reunião de ministros do Grupo do Rio com os ministros da União Européia, foi afirmado o interesse destes últimos pela “negociação de uma cooperação econômica ampliada” com o Mercosul.

O Brasil conta agora com duas alternativas de associação preferencial a nível mundial e não apenas uma, como o pressuposto de uma única América Latina implicava.